

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

Cargo 16: Oficial do Registro de Títulos e Documentos

Cargo 17: Suboficial do Registro de Títulos e Documentos



CADERNO DE PROVAS BRANCO

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 20/2/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber a sua folha de respostas, marque, imediatamente, no item zero, o tipo de caderno de provas que você recebeu (BRANCO ou ROXO), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação das suas provas.
- 2 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Item	Resposta
0	<input checked="" type="radio"/> BRANCO <input type="radio"/> ROXO

AGENDA

- I **21/2/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **22 e 23/2/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **22/3/2005** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Não há dúvida de que, no início do século XXI, os
 Estados Unidos da América chegaram mais perto do que
 nunca da possibilidade de constituição de um “império
 4 mundial”. Mas, se o mundo chegasse a esse ponto e
 constituísse um império global, isso significaria — ao mesmo
 tempo e por definição — o fim do sistema político
 7 interestatal. E o mais provável, do ponto de vista econômico,
 é que tal transformação viesse a significar também o fim do
 capitalismo. Em uma linguagem mais próxima da física e da
 10 termodinâmica do que da dialética hegeliana, pode-se dizer
 que a expansão do poder global na direção do império
 mundial é, ao mesmo tempo, uma força que levaria o sistema
 13 mundial à entropia, ao provocar sua homogeneização interna
 e o desaparecimento das hierarquias e conflitos responsáveis
 pelo dinamismo e pela ordem do próprio sistema.

José Luís Fiori. *Correio Braziliense*, 25/12/2004 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O emprego da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (ℓ.1) justifica-se pela regência da forma verbal “há”.
- 2 Como na seqüência há um complemento oracional, a omissão da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (ℓ.1) também estaria de acordo com as exigências da norma escrita culta.
- 3 Como o primeiro período do texto apresenta idéia relativa a um único país, o emprego do verbo **chegar** no singular — **chegou** — estaria de acordo com as exigências de concordância da norma escrita culta, sem necessidade de outras alterações no texto.
- 4 Mantém-se a correção gramatical do período e as informações originais do texto ao se eliminar a palavra sublinhada em “mais perto do que nunca” (ℓ.2-3).
- 5 O emprego do futuro do pretérito em “significaria” (ℓ.5) é decorrente do emprego de estrutura antecedente que tem valor condicional, formada por verbo no imperfeito do subjuntivo.
- 6 Pelos sentidos do texto, é correto inferir que a palavra “entropia” (ℓ.13) está sendo empregada com o significado de **equilíbrio, organização**.
- 7 Para o trecho “que levaria (...) à entropia” (ℓ.12-13), estaria também de acordo com as exigências da norma escrita culta qualquer uma das seguintes reescrituras: que levaria a entropia ao sistema mundial, que levaria à entropia o sistema mundial, que iria levar o sistema mundial à entropia.
- 8 Infere-se das informações e dos sentidos do texto que o dinamismo e a ordem do sistema político interestatal em vigor atualmente no mundo podem prescindir de hierarquias e conflitos.

1 Quase todas as grandes potências já foram
 colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas,
 liberais e mercantilistas, e quase todas elas, além disso, já
 4 mudaram de posição várias vezes ao longo da história. Nesse
 contexto, as previsões, liberais ou marxistas, do fim dos
 estados ou das economias nacionais, ou mesmo da formação
 7 de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica, são
 utopias, com toda a dignidade das utopias que partem de
 argumentos éticos e expectativas generosas, mas são idéias
 10 ou projetos que não têm nenhum apoio objetivo na análise da
 lógica e da história passada do sistema mundial. Apesar de
 tudo isso, é possível identificar através da história a
 13 existência de forças que atuam na direção contrária do poder
 global e do império mundial. Forças que impediram — até
 agora — que esse processo de centralização do poder
 16 chegasse até o seu limite imperial, o que provocaria a
 dissolução do sistema político e econômico mundial.

Idem, Ibidem.

Com referência às idéias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 9 A expressão “Nesse contexto” (ℓ.4-5) é um elemento de coesão textual, pois retoma de forma sintética todas as informações do período anterior.
- 10 A inserção de uma vírgula logo após a expressão “dignidade das utopias” (ℓ.8) mantém as mesmas relações sintáticas e a informação original do período.
- 11 Pelas informações do texto, estaria gramaticalmente correta e de acordo com as idéias do texto a substituição do trecho “expectativas generosas, mas são idéias” (ℓ.9) por: expectativas generosas. Entretanto, essas previsões são idéias.
- 12 Nas linhas 10 e 11, pela presença das preposições, é correto afirmar que os elementos “da lógica”, “da história passada” e “do sistema mundial” têm a mesma função sintática no período, pois complementam a palavra “análise”.
- 13 Mantém-se a ênfase da afirmação, sem prejuízo para a correção gramatical do período, se as duas ocorrências da forma “do” nas linhas 13 e 14 forem substituídas por **em relação ao**.
- 14 No início do último período do texto, substituir “Forças” por **São essas forças** constitui alternativa gramaticalmente incorreta para o período, porque prejudica a coesão textual.
- 15 Na linha 16, o emprego do futuro do pretérito em “provocaria” justifica-se pelo emprego do subjuntivo em “chegasse” e admite como gramaticalmente correta a substituição pela forma **teria provocado** ou por **iria provocar**.

1 A responsabilidade política do Poder Judiciário no
MERCOSUL é nítida nesta quadra. Precisamos, portanto,
com absoluta transparência, discutir e verificar como as
4 nossas instituições jurídicas estão desenhadas. A justiça
brasileira ainda está presa às concepções autonômicas do
século XIX, e, por isso, o tratado internacional tem
7 sido considerado norma de natureza ordinária, e,
conseqüentemente, é sujeito à modificação, à revogação e à
alteração por qualquer legislação ordinária, sem qualquer
10 audiência dos organismos internacionais e dos países que
foram co-participantes da elaboração de um tratado, seja ele
de qualquer natureza: comercial, civil, tributária.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/palavra_dos_ministros> (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 16 Na linha 5, estaria gramaticalmente correta a preferência pela estrutura **presa a concepções**, em que é omitido o artigo feminino plural, com a permanência da preposição.
- 17 Os 3 sinais indicativos de crase empregados à linha 8 têm justificativas diferentes, e dois deles podem ser omitidos sem prejuízo para a correção gramatical do período.


Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto, julgue-os quanto à correção gramatical.

- 18 Uma das causas do congestionamento do sistema judiciário reside na legislação processual que, de tão ultrapassada, enseja recursos inimagináveis em qualquer outro sistema.
- 19 A multiplicidade de manifestações de insurgência contra toda e qualquer disposição judicial, com invocação das garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo, fazem com que o exame do mérito das causas seja adiado quase que indefinidamente.
- 20 Sucede-se na comarca os juízes e nos tribunais os relatores de modo que, sobre uma única demanda, várias gerações de magistrados se devam debruçar, reiniciando — como se espera — o estudo do feito desde sua página inicial.

Itens adaptados. Internet: <<http://www.stf.gov.br>>.



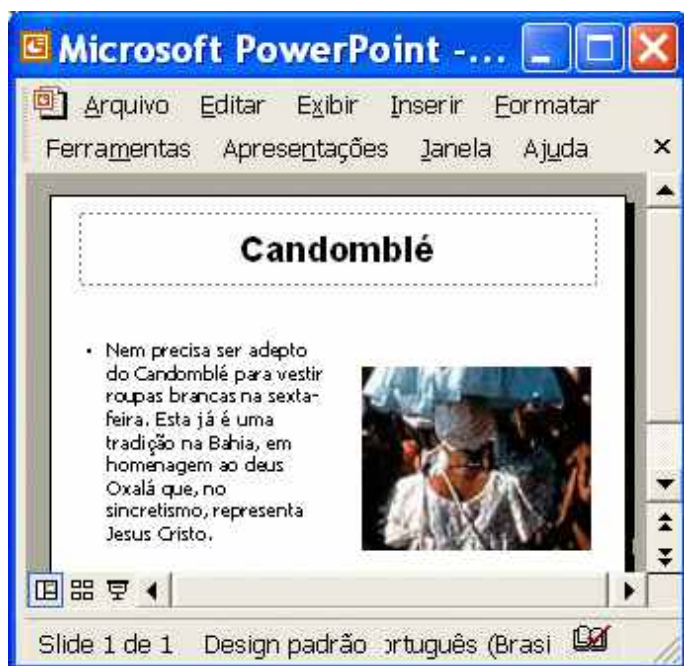
A figura acima ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em edição com informações que foram extraídas do sítio <http://www.bahia.com.br>. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 2002.

- 21 No trecho de documento mostrado, o posicionamento da figura de forma sobreposta a um parágrafo foi possível devido ao fato de esse documento estar definido com o estilo de parágrafo **Título 1**.
- 22 Observa-se na janela ilustrada que o texto mais próximo do lado direito da figura está alinhado com relação a esse lado da figura. Caso se deseje alinhar o texto localizado no lado esquerdo da figura com relação a esse lado da figura, sem alterar o alinhamento existente à direita, é suficiente clicar sobre "tradição" e, em seguida, clicar .
- 23 Considere que o documento em edição seja salvo em disquete de 3½" e que, em outra sessão de uso do Word 2002, ao se tentar abrir esse documento, ocorra erro de leitura por dano do arquivo correspondente. Nessa situação, é possível a recuperação do arquivo danificado por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.

24 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar a figura mostrada no documento em edição; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**, liberar a tecla **Ctrl**. Após esse procedimento, é possível que o documento em edição fique alterado para a forma mostrada na figura a seguir.



25 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível abrir o documento ativo em uma janela do aplicativo PowerPoint 2002, na qual se poderá criar uma apresentação a partir do conteúdo do documento.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do PowerPoint 2002 na qual é mostrado um *slide* em elaboração contendo texto e gráfico, julgue o item a seguir.

26 A estrutura desse *slide* pode ter sido definida por meio da opção Layout do slide, encontrada no menu **Formatar**.

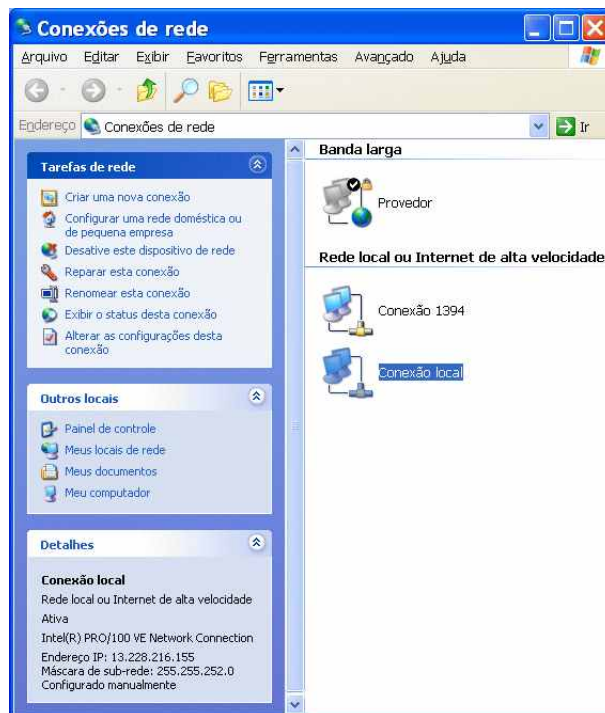



Figura I

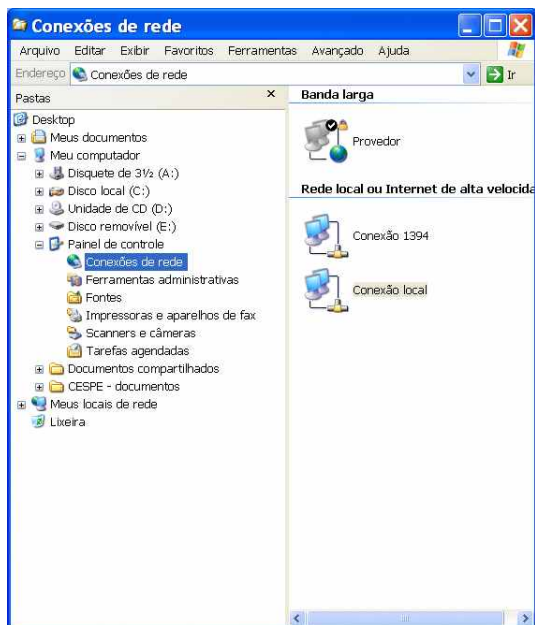


Figura II

Considere que as janelas do Windows XP ilustradas nas figuras I e II acima estejam em execução em um computador do tipo PC. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes, sabendo que a janela ilustrada na figura I é a janela ativa no computador.

27 As informações apresentadas na figura I são insuficientes para concluir se o computador dispõe de recursos de *modem* para acessar a Internet por meio de uma conexão ADSL.

- 28 Ao se clicar  e, em seguida, no *submenu* Barras de ferramentas, do *menu* Exibir, clicar a opção Botões padrão, é possível que a janela ilustrada na figura I se transforme na janela ilustrada a seguir.



- 29 Por ser equipado com processador Pentium® 4, é correto concluir que o computador no qual as janelas ilustradas estão em execução dispõe de recursos intrínsecos que dispensam o uso de memória ROM. Esses recursos permitem que o Windows XP recupere um estado de operação anterior a uma falha do sistema, fazendo uso desse tipo de *hardware* e da memória RAM instalada.

	A	B
1	Valor da causa, em R\$	Custas a pagar, em R\$
2	Até 46,99	7,37
3	De 47 a 70,59	11,05
4	De 70,6 a 156,63	14,74
5	De 156,64 a 313,25	18,42
6	De 313,26 a 626,5	29,49
7		

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha em elaboração em uma janela do Excel 2002, julgue os itens seguintes.

- 30 Sabendo que a célula A1 contém comentário, é correto afirmar que foi usada para inserir tal comentário uma das opções existentes na lista que resulta ao se clicar o *menu* Inserir.

- 31 Para se formatar com duas casas decimais todos os valores em reais contidos nas células de A2 a A6, é suficiente selecionar as referidas células; clicar a opção Células no *menu* Formatar; definir, na janela disponibilizada, a formatação desejada e, em seguida, clicar OK.

A tecnologia de telefonia via Internet, conhecida como VoIP, sigla em inglês para voz sobre protocolo da Internet, possível graças a diversos avanços tecnológicos, entre os quais o desenvolvimento de técnicas de compressão e digitalização de voz, permite que usuários de computadores ligados à Web em banda larga possam fazer ligações telefônicas a um preço que é frações do que cobram companhias telefônicas convencionais. Em alguns casos, conversar via Internet pode custar 20% de uma ligação convencional.

No Brasil, o uso do VoIP concentra-se ainda no mundo corporativo. Estima-se que uma em cada quatro grandes companhias brasileiras já usa o sistema. O avanço doméstico do serviço é lento no país por causa da baixa penetração de banda larga nos lares brasileiros: com apenas 2,7% das residências servidas por banda larga, o mercado brasileiro de telefonia via Internet ainda é incipiente. Mas a previsão dos analistas é que em 2005 o VoIP se tornará no Brasil uma segunda opção de telefonia fixa — e móvel, através de *laptops* ligados a redes sem fio de Internet disponíveis nos principais aeroportos brasileiros, hotéis e restaurantes. Foi-se o tempo dos serviços embasados em ligações locais e interurbanas. Eles se tornaram irrelevantes. A Internet e os aparelhos sem fio já alteraram para sempre a forma como as pessoas se comunicam.

Veja, 9/2/2005 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 32 A expressão “voz sobre protocolo da Internet” refere-se à transmissão de voz utilizando-se o protocolo IP (*internet protocol*), que é necessário para a “compressão e digitalização de voz”, dividindo as informações de voz que devem ser transmitidas em pacotes e reagrupando esses pacotes no local de destino da informação.
- 33 A tecnologia de conexão à Internet denominada ADSL é capaz de providenciar, entre as instalações do usuário e o provedor de acesso à Internet, os recursos de largura de banda mencionados no texto, necessários ao estabelecimento de VoIP.
- 34 Para que haja maior “penetração de banda larga nos lares brasileiros”, é necessário que a tecnologia de fibra óptica esteja disponível para o acesso à Internet nas residências dos usuários.
- 35 O trecho de texto “redes sem fio de Internet” pode referir-se, atualmente, às redes WLAN 802.11, que permitem taxas de transmissão condizentes às necessidades de largura de banda do serviço de VoIP.

No século XX, a fonte dominante de energia primária no mundo passou do carvão para o petróleo. No início deste século, vemos que o gás natural começa a substituir o petróleo. E depois, qual será a energia dominante? Hoje, estamos exaurindo as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem e que, por enquanto, são fáceis de serem extraídas. Há, porém, fortes indícios de que a curva de produção de petróleo está próxima de atingir o seu máximo. A cada ano, será mais difícil encontrar e extrair petróleo.

O petróleo ficará cada vez mais oscilante em seu preço internacional. Isso porque é sempre maior a dependência do mundo à produção nas maiores reservas, situadas na área entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio. A instabilidade política crescente na região parece não ter solução no curto prazo, o que volatiliza ainda mais os preços. A culpa da instabilidade política é tanto dos regimes autoritários e teocráticos dominantes na região como das nefastas intervenções políticas e militares dos países ocidentais.

Juan José Verdesio. *Como garantir fontes renováveis no século XXI. In: UnB Revista*, ano V, n.º 10, set./out./nov./2004, p. 35 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 36 O texto reitera a importância estratégica do petróleo para a economia contemporânea, razão por que esse produto exerce significativa influência política nos rumos do mundo.
- 37 A crescente demanda por petróleo também se explica pela arrancada desenvolvimentista protagonizada por alguns países na atualidade, entre os quais Índia e, especialmente, China seriam exemplos marcantes.
- 38 A inexistência de alternativas energéticas ao petróleo torna ainda mais sombria a perspectiva para o futuro, quando — diz o texto — estiverem exauridas “as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem”.
- 39 Há consenso, na atualidade, de que a extrema dependência do Brasil ao petróleo importado é um dos grandes fatores que inibem o pleno desenvolvimento do país.
- 40 As oscilações do preço do petróleo no mercado internacional são determinadas, como o texto deixa transparecer, pela lei da oferta e da procura, nelas não influenciando crises ou eventuais instabilidades políticas.
- 41 Embora não o afirme explicitamente, o texto dá a entender que a substituição da liderança palestina, após a morte de Yasser Arafat, prenuncia rápido encaminhamento para a paz na região.
- 42 As eleições de janeiro de 2005 na Palestina comprovam que os padrões democráticos ocidentais chegaram ao Oriente Médio e modificaram a face autoritária e teocrática dos países árabes.

- 43 Exemplo claro de “intervenções políticas e militares dos países ocidentais” no Oriente Médio, classificadas de “nefastas” pelo texto, foi a invasão do Iraque pela coalizão comandada pelos Estados Unidos da América, que culminou na deposição e posterior prisão de Saddam Hussein.
- 44 No conflagrado Oriente Médio, o Estado de Israel é uma exceção: a despeito das diversas guerras das quais participou, mantém-se de pé sem que para tanto tenha de fazer qualquer tipo de aliança política e militar com potências ocidentais.

Nem o “Sul maravilha” nem um Nordeste infértil. Diagnóstico realizado pelo Ministério da Integração Nacional derruba mitos e aponta para uma nova geografia brasileira, em que as áreas de estagnação e de promessa de desenvolvimento não se encontram sempre nas regiões esperadas. As dinâmicas demográficas e de crescimento do produto interno bruto (PIB) indicam que, além de estar ocorrendo uma lenta interiorização da população nas últimas duas décadas, identificam-se áreas economicamente promissoras em regiões tidas como infecundas e outras, em estado de inércia ou decadência, presentes em regiões tradicionalmente consideradas ricas e desenvolvidas.

Jornal do Brasil, 10/1/2005, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como ponto de partida para a análise do atual cenário econômico e social brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 45 É bastante provável que a expansão da agroindústria, como é o caso do complexo de produção associado à soja, seja um dos principais determinantes para a “nova geografia brasileira” apontada no texto.
- 46 O agronegócio constitui, na atualidade, um dos mais dinâmicos setores da economia brasileira, com crescente participação na pauta de exportações do país.
- 47 Apesar das transformações em curso, identificadas no texto, ainda hoje verifica-se um adensamento populacional em áreas próximas ao litoral, reflexo do processo histórico de ocupação do território brasileiro desde o início da colonização.
- 48 Na atualidade, é visível o aumento da população em torno de pólos de desenvolvimento, como Brasília e Petrolina-Juazeiro, bem como nas imediações de eixos de expansão econômica e demográfica, como os existentes, por exemplo, nos estados da Bahia, de Mato Grosso e do Tocantins (Palmas).
- 49 No Brasil, de uma forma geral, o Centro-Sul apresenta as taxas mais elevadas de alfabetização e de tempo de escolaridade de sua população, o que normalmente se reflete no desempenho econômico.
- 50 Infere-se do texto que, na atualidade, as maiores taxas de urbanização do Brasil estão presentes na região nordestina, o que se explica pelos pólos de desenvolvimento que se multiplicam pelo interior de seus estados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Constituição Federal e a Constituição do Estado da Bahia, julgue os itens a seguir, acerca dos direitos e obrigações dos servidores públicos em geral.

- 51 Segundo a Constituição do Estado da Bahia, há uma instância colegiada administrativa para dirimir controvérsias entre o estado e seus servidores públicos. Portanto, o servidor que se sentir lesado por ato da administração pública não pode impetrar ação judicial para defesa de seu direito violado até que se esgotem todas as vias administrativas.
- 52 No estado da Bahia, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Foi realizado concurso público para preenchimento de vagas em determinado cargo do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). A entidade responsável pelo concurso enviou ao tribunal a relação final dos aprovados, pela ordem de classificação, contendo dez nomes.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 53 Considere que o edital anunciava que o concurso visava o preenchimento de três vagas já existentes para o cargo. Nesse caso, os três primeiros colocados têm direito de ser nomeados e empossados antes de expirado o prazo de validade do concurso.

Em 15/4/2001, João Carlos, servidor estável da prefeitura de Salvador, no exercício de suas funções, teria praticado ato lesivo ao erário. Em setembro de 2004, mês em que o fato veio a conhecimento público, o Ministério Público denunciou João Carlos por crime contra a administração pública e, por ordem da autoridade competente, foi instaurada sindicância para apurar os fatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 54 Se a comissão sindicante concluir por fato sujeito a pena de suspensão por 20 dias, essa pena pode ser aplicada sem a instauração de processo disciplinar.
- 55 Concluindo pela instauração de processo disciplinar, o presidente da comissão sindicante deve instaurá-lo mediante publicação da respectiva portaria.

Acerca do registro de títulos e documentos, julgue os itens a seguir.

- 56 Como regra, os serviços de registro dedicam-se ao assentamento de títulos de interesse público para garantir oponibilidade a terceiros, segurança, autenticidade e eficácia dos atos da vida civil a que se refiram.
- 57 O documento, contrato ou papel estrangeiro, escrito em português, não necessita de tradução ou legalização para ser registrado por extrato.
- 58 O contrato de locação de prédios, para surtir efeitos em relação a terceiro, deve estar registrado no competente registro de títulos e documentos, exceto quando nele for inserida cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada. Nesse caso, o registro obrigatório deverá ser feito no cartório de registro de imóveis.

A respeito do registro civil das pessoas jurídicas, julgue os itens seguintes.

- 59 Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas e suas alterações só serão registrados e arquivados quando visados por advogados.
- 60 O cancelamento da inscrição da pessoa jurídica deve ser registrado no local onde esta estiver exercendo suas atividades, mesmo se a constituição não estiver lançada no serviço onde foi apresentado o requerimento, impondo-se ao oficial o dever de determinar a expedição de certidão de inteiro teor da averbação do fechamento e a remessa de cópia ao serviço primitivo.
- 61 A matrícula da agência de notícias se confunde com o registro da pessoa jurídica a que pertence. Assim, o seu registro é lançado no registro civil de pessoas jurídicas e na junta comercial.

No que se refere às atribuições e deveres dos oficiais do registro de títulos e documentos e às pessoas jurídicas, julgue os itens subseqüentes.

- 62 O oficial deverá comunicar à Secretaria da Receita Federal sobre documentos registrados que caracterizem aquisição ou alienação de bens imóveis por pessoas físicas ou jurídicas.
- 63 O oficial, mesmo suspeitando da autenticidade do documento, não poderá recusar-se a anotar o ingresso desse documento no protocolo.
- 64 É dever do registrador dar publicidade aos atos registrados, possibilitando ao público em geral, sem formalismos exagerados, o fornecimento de informações e certidões dos atos inscritos em sua serventia.
- 65 Os documentos de arrecadação judiciária deverão ser classificados e arquivados, obedecendo o critério mensal e numérico, devendo permanecer no próprio serviço por cinco anos. Findo esse prazo, os referidos documentos devem ser remetidos ao arquivo geral do TJBA.
- 66 O oficial deve tornar transparente o critério adotado na cobrança, afixando em lugar visível, de fácil leitura e acesso ao público, a tabela vigente, dando explicação cabal em caso de dúvida do interessado.
- 67 O controle de bens e de pessoal e a orientação de todo o trabalho da serventia são da responsabilidade do respectivo titular, podendo, no entanto, ser exercido o gerenciamento administrativo e financeiro, simultaneamente, pelo titular e seu substituto.

Com relação a livros do cartório de registro de títulos e documentos e a pessoas jurídicas, julgue os itens que se seguem.

- 68 A critério do oficial, o Livro D — indicador pessoal — pode ser substituído pelo sistema de fichas, microfilmagem ou outro processo mais avançado, que possa facilitar a realização dos serviços. Entretanto, caso o sistema preferido provoque retardamento ou deficiência, acarretará responsabilidade funcional e civil do registrador.
- 69 A lei estadual pode permitir o desdobramento de todos os livros do registro de títulos e documentos, quando for conveniente para que os registros sejam feitos em mais de um livro simultaneamente, ou quando necessário para atender ao acúmulo de serviço.

70 É permitido mais de um registro de título, papel ou documento, desde que requerido pelo interessado, mesmo que submetidos antes a assentamento em serventia de outra espécie. Nesse caso, é necessário que o oficial faça remissões cruzadas, no próprio registro integral, ou no resumido, e no protocolo.

Considerando a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os itens seguintes.

71 O território do estado da Bahia, para fins da administração da justiça, divide-se em distritos judiciários, constituídos de uma ou mais comarcas.

72 É requisito indispensável à instalação de uma comarca, nos termos da LOJEB, que os cargos de juiz, de promotor e de serventuário da justiça sejam precedentemente providos.

73 Considere que, em uma representação contra serventuário da justiça de comarca da Bahia o corregedor-geral da justiça declarou-se impedido para julgá-la, tendo em vista ser o representado seu filho. Nessa situação, o TJBA deverá designar um desembargador para o julgamento do feito.

74 O corregedor-geral da justiça poderá designar um ou mais juízes titulares, ou das varas de substituição, para auxiliá-lo, temporariamente, nas diligências a que tiver de proceder nas comarcas do interior.

75 Considere a seguinte situação hipotética.

Um oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de determinado distrito judiciário procedeu a habilitação para o casamento de nubentes não-residentes em sua respectiva divisão administrativa, mas domiciliados na mesma comarca a que integra.

Nessa situação, o ato praticado pelo oficial é nulo de pleno direito.

76 Suponha que Mateus, escrivão, seja irmão de Gabriel, subscritivo. Nesse caso, em razão do parentesco, Mateus e Gabriel não poderão exercer suas funções na mesma comarca, mesmo que as serventias sejam de varas distintas.

77 No gozo de férias anuais de determinado serventuário da justiça de comarca do interior do estado, este deverá ser substituído por outro serventuário, detentor das mesmas atribuições, mediante designação do juiz competente.

78 Os serventuários da justiça do estado da Bahia poderão ser punidos com as penalidades de advertência, suspensão, multa, censura ou demissão quando cometerem infrações.

79 Considere a seguinte situação hipotética.

Um avaliador judicial agiu com negligência no exercício de seu ofício, causou danos a terceiros e recebeu emolumentos indevidamente.

Nessa situação, em razão de sua conduta, o avaliador somente poderá ser punido com advertência e reparação dos danos causados.

80 Se determinada escrivã do TJBA se negar a lavrar competente recibo de pagamento de custas judiciais, poderá ser suspensa, por prazo não superior a trinta dias.

Julgue os itens que seguem, relativos à organização judiciária do estado da Bahia.

81 Dois municípios, que não possuem divisas contíguas, poderão ser agrupados em comarcas, em observância ao princípio da continuidade territorial.

82 Na comarca de Salvador, a direção e a fiscalização dos serviços de avaliação, depósito e guarda de bens e valores serão exercidas pelo corregedor-geral da justiça.

83 Suponha que Roberto, serventuário da justiça, pratique infração punível com pena de suspensão e que, anteriormente, jamais tenha sido advertido. Nessa situação, Roberto deverá ser punido com advertência, por ser penalidade menos severa e, em caso de reincidência, poderá ser punido com suspensão.

84 São infrações puníveis com a pena de demissão a transgressão internacional a proibição legal, o abandono do cargo e a indisciplina ou insubordinação reiterada.

85 Considere a seguinte situação hipotética.

Cláudio, oficial de justiça de determinada comarca, era contumaz no ato de recebimento de propinas de partes interessadas nas ações judiciais de sua competência. Após regular procedimento administrativo disciplinar, a autoridade competente decidiu pela pena de demissão.

Nessa situação, no ato de demissão de Cláudio deverá constar a cláusula a bem do serviço público.

Acerca do registro civil das pessoas naturais, julgue os itens a seguir.

86 No assento de óbito de pessoa conhecida, deve constar o estado civil do *de cujus* e, sendo este casado ou divorciado, o nome do cônjuge ou do ex-cônjuge sobrevivente.

87 A sentença de adoção será averbada, por meio de mandado ou carta precatória, no registro civil onde foi realizado o assento primitivo, que averbará também o cancelamento do registro do adotado, ainda que a ordem judicial silencie a respeito.

Em relação ao registro de títulos e documentos, julgue os itens seguintes.

88 De acordo com expressa disposição legal, a transmissibilidade creditícia ou de direitos é sujeita ao registro obrigatório. Assim, o instrumento de cessão de direito e de crédito deve ser obrigatoriamente levado a registro, e o descumprimento da obrigação impõe ao responsável pelo registro a sanção direta do pagamento de multa.

89 Poderá ser realizado validamente um negócio jurídico no qual um dos contratantes é representado por procurador em cujo instrumento particular de mandato não conste o reconhecimento de firma, se o outorgante for pessoa conhecida do oficial do cartório onde a procuração foi apresentada ou se esta estiver acompanhada de documento que identifique o outorgante.

Acerca do registro de imóveis, julgue os itens subseqüentes.

- 90 Na hipótese de uma escritura pública com garantia hipotecária em segundo grau ser apresentada para registro e na matrícula do imóvel não existir nada onerando o imóvel, o oficial deverá prenotá-la. E após transcorrido o prazo legal sem que seja apresentado o título com a garantia hipotecária anterior, o título acima referido será registrado e obterá a preferência sobre aquele.
- 91 Verificando-se que um imóvel possui duplicidade de matrículas, poderá o registrador, pela via administrativa, cancelar uma das matrículas e o respectivo registro feito posteriormente.

Acerca da Lei dos Registros Públicos, julgue os itens que se seguem.

- 92 O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor. Mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de transcrito no registro público.
- 93 A averbação do cancelamento da inscrição da pessoa jurídica somente será acolhida no registro quando, encerrada a liquidação, assim for certificado no ofício judicial, com a indicação expressa de que a sentença transitou em julgado.
- 94 O processo de dúvida se estende aos casos oriundos dos cartórios de protesto e aos serviços concernentes aos registros públicos de imóveis, civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas e de títulos e documentos.
- 95 Nenhum ato relativo a associações e sociedades civis deve ser registrado se a constituição não estiver lançada no mesmo serviço ou, estando em outros, assim seja comprovado mediante certidão atualizada. A cessação de atividade em uma comarca e a transferência da sede para outra são formalizadas por meio de averbação do fechamento e da mudança no serviço anterior e de abertura de registro na nova comarca, mediante requerimento instruído por certidão de inteiro teor expedida pela serventia primitiva.

Acerca do registro civil das pessoas naturais, julgue os itens a seguir.

- 96 À pessoa que se declarar pobre para efeitos legais será assegurada a gratuidade dos registros de óbito e nascimento ou eventuais averbações, tais como adoção, emancipação, interdição e tutela, bem como as respectivas certidões.
- 97 O menor pode ser emancipado por concessão dos pais ou tutores, desde que a outorga da capacidade civil seja feita por meio de escritura pública, que necessariamente deve ser inscrita no registro civil competente.
- 98 Havendo ato de restabelecimento da sociedade conjugal, mediante reconciliação se separados, ou novo casamento se divorciados, esse ato deve ser averbado no livro de casamento e, havendo bens imóveis no patrimônio conjugal, a averbação do fato deve ser feita em relação a cada um dos imóveis pertencentes ao casal no registro imobiliário da situação dos imóveis, existindo ou não pacto antenupcial.

Em relação à Lei dos Registros Públicos, particularmente no que diz respeito ao registro de imóveis, julgue os itens subseqüentes.

- 99 Considere a seguinte situação hipotética.

João vendeu a José um bem imóvel de sua propriedade, devidamente registrado, mediante escritura de venda e compra. José, antes mesmo de registrá-lo, vendeu-o a Helena, outorgando a esta a escritura de venda e compra. Helena dirigiu-se, então, ao cartório imobiliário para registro de seu título.

Nessa situação, será possível o registro da mencionada escritura, se houver anuência de José e recolhimento do imposto devido.

- 100 Na hipótese do recebimento, via correio, de carta precatória expedida pelo juízo de outra comarca, determinando a penhora de um bem matriculado e registrado no cartório de registro de imóvel da cidade de recebimento da referida carta, o registrador deverá, de imediato, protocolar e proceder ao registro, cumprindo, assim, a ordem judicial recebida.

- 101 Havendo erro na individualização do imóvel matriculado, ou seja, a descrição correspondendo a imóvel diverso do que foi objeto da transação, impõe-se ao oficial do registro a correção do erro por meio de uma averbação de retificação na matrícula.

Acerca dos registros públicos, julgue os itens que se seguem.

- 102 Serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel. No entanto, prevalecerão, para efeito de prioridade de registro, os títulos prenotados no protocolo sob o número de ordem mais baixo.
- 103 É possível a anexação ou fusão de bens imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário. Nesse caso, abre-se apenas uma matrícula e nela reúnem-se os diversos imóveis em nome daquele proprietário. No final, o oficial registrador deve promover o encerramento mediante averbação de cada uma das matrículas das áreas que deram origem à abertura da nova matrícula.

A respeito dos registros dos títulos e documentos, julgue os itens seguintes.

- 104 O usufruto só tem validade após o seu registro na matrícula do imóvel e a sua extinção por morte do usufrutuário, independentemente de sentença judicial para ser reconhecida, podendo ser averbada mediante simples requerimento instruído com os documentos necessários.
- 105 Não pode ser registrada a venda por desmembramento se já não há disponibilidade em virtude dos desmembramentos registrados anteriormente. Nesse caso, é irrelevante que o adquirente tenha o compromisso de compra e venda registrado sobre o mesmo imóvel.

Maria aos 14 anos de idade, engravidou de seu então namorado Caio, e teve um filho chamado Petrúcio. Quando Maria fez 15 anos, eles se casaram no regime de comunhão parcial de bens. Ao completar um ano de casado, Caio empreendeu uma viagem com seu único filho. Nessa viagem, ocorreu um acidente e Caio veio a falecer juntamente com seu filho. Dois meses após o falecimento de Caio, Maria e o pai de Caio, Sr. Florêncio, resolveram contrair núpcias. Ocorre que o pai de Maria declarou que não consentiria com esse casamento, por considerá-lo absurdo.

Com referência ao caso hipotético apresentado, julgue os itens a seguir.

106 Se, nesta hipótese, Maria casar-se sem autorização dos pais, será excluída da sucessão por constituir hipótese de indignidade.

107 Maria tornou-se emancipada com o casamento, pois esta é uma das hipóteses de emancipação.

108 Maria, para casar-se novamente, dependerá de autorização dos pais. Sendo injusta a denegação dos pais, a falta do consentimento será suprida pelo juiz.

109 Maria não poderá casar-se com o seu sogro, pois trata-se de impedimento absoluto, que não cessa com a viuvez.

Considere que determinada pessoa realize um contrato viciado com dolo accidental, e que esse contrato gere ao lesado um prejuízo de grande monta. Em face dessa consideração, julgue os itens que se seguem.

110 O negócio jurídico é anulável, devendo a anulabilidade ser requerida pelos interessados, dentro do prazo legal.

111 O negócio jurídico está eivado de dolo accidental, portanto, quem ludibriou estará obrigado a responder por perdas e danos.

Quanto ao direito de empresa, julgue os itens seguintes.

112 Se dois advogados, com o concurso de auxiliares ou colaboradores, exercem a advocacia em sociedade, então eles são considerados empresários que exercem profissionalmente atividade econômica organizada para a produção de serviços, mesmo que não venham a constituir elemento de empresa, pois esse é o entendimento do Código Civil em vigor.

113 A sociedade em conta de participação é uma sociedade em comum não personificada.

Antenor, com 82 anos de idade, desapareceu sem deixar notícias há 8 anos. Não se sabe do seu paradeiro. Antenor foi declarado ausente e já se realizou a sucessão provisória de seus bens.

Com relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

114 Nessa situação, os interessados já podem pedir a sucessão definitiva dos bens de Antenor, uma vez que ele tem mais de 80 anos de idade e há 8 anos não se tem notícias dele.

115 Ainda que se realize a sucessão definitiva de seus bens, Antenor não poderá ser presumido como morto.

Quanto à classificação dos bens, julgue os itens a seguir.

116 Considere que uma pessoa faleceu, deixando para seu único herdeiro um carro. Nessa situação, o direito que esse herdeiro tem sobre o carro é considerado imóvel por determinação da lei.

117 Considere que Pedro comprou um carro novo e resolveu vender o antigo que possuía há três anos. Nesse sentido, o carro antigo de Pedro, colocado à venda, é considerado um bem inconsumível.

118 As pertenças são bens acessórios que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro. E, dessa forma, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética acerca do direito de família, seguida de uma assertiva a ser julgada.

119 Carlos, ainda jovem, conheceu Efigênia, com quem teve uma filha de nome Marilda. Carlos só viu Marilda no dia do nascimento e sequer a registrou. Anos mais tarde, Carlos se casou com Clarissa, com quem teve um filho chamado Osvaldo. Por força do destino, Osvaldo e Marilda se conheceram, se apaixonaram e se casaram. Em uma confraternização de natal, Osvaldo e Marilda resolveram unir suas famílias. Nesse momento, Carlos e Efigênia se encontraram pela primeira vez após o nascimento de Marilda. Durante o jantar, Efigênia revelou a todos que Marilda e Osvaldo eram irmãos. Nessa situação, o casamento é anulável, em virtude do impedimento existente.

120 Um garoto de doze anos de idade quer vender um imóvel que ganhou de um tio. Como é menor impúbere, será representado por seu pai, que irá assinar a escritura pública de transferência do imóvel. Nessa situação, como o menor estará representado, o vício que prejudicaria o negócio jurídico estará suprido, não havendo necessidade de autorização judicial para se realizar a venda do imóvel.

